

EDITORIAL

Caros Leitores,

É com prazer que apresentamos o novo número da Revista Brasileira de Filosofia da Religião. Este é um dossiê sobre *Religião e Esfera Pública*. O objetivo do dossiê é discutir o espaço da religião no debate público, seja em questões éticas, políticas ou científicas. Como o leitor verá, os artigos aqui presentes discutem o tema central do dossiê tanto no âmbito da história da filosofia, abordando tal questão a partir dos clássicos da filosofia, quanto no âmbito temático, discutindo de forma mais livre a questão do lugar da religião na esfera pública na atualidade.

O dossiê inicia-se com um artigo de Álvaro Valls, o qual coteja a obra de Kierkegaard “O Instante” com a obra do teólogo católico suíço Hans Küng “A Igreja tem salvação?” e discute a religião na esfera pública (doutrinação infantil, clericalismo, pedofilia, poder político, mentalidade absolutista, imperial e machista, entre outros temas). O artigo mostra que ambos os autores, Kierkegaard e Küng (diferentemente de Feuerbach ou Nietzsche) criticam a “cristandade”, enquanto fenômeno geográfico e cultural e defendem um cristianismo autêntico.

O segundo artigo, de Jorge Martínez Barrera, apresenta uma discussão sobre as relações entre ética, política e religião a partir da consolidação do cristianismo. Contrapondo o cristianismo com a ideia de cidade Antiga, Barrera mostra que o primeiro tem um compromisso ético para com Deus, o que tem impactos na vida comunitária e defende que, por causa disso, é necessário discutir as influências cristãs na vida política, principalmente depois do que ele chama de “agostinismo político”. Por fim, o autor ainda discute os conflitos ético-políticos do cristianismo suscitados a partir da modernidade.

O terceiro artigo, intitulado “Rousseau e os paradoxos da religião civil”, de José Benedito de Almeida Júnior, analisa dois paradoxos sobre a relação entre religião e política no pensamento de Rousseau. A partir desta análise, o autor constata que ambos os paradoxos se justificam no interior da obra de Rousseau e não se constituem propriamente em contradições, já que o filósofo em questão tinha consciência das dificuldades teóricas de abordar o tema das relações entre política e religião e, por isso, teve de ousar propor teses que tinham pouca aceitação de seus contemporâneos.

O quarto artigo, de Írio Vieira Coutinho, aborda a contribuição da religião para a racionalidade científica e filosófica. O autor defende que a formação da ciência e da filosofia foi nutrida com elementos das crenças judaicas e cristãs. No artigo, o autor apresenta argumentos e fatos histórico-filosóficos para defender sua posição e encerra o artigo tomando o livre-arbítrio como uma situação problema que ilustra sua tese.

O quinto artigo, intitulado “Liberdade de expressão e ofensa religiosa”, é de autoria de Sérgio Ricardo Neves de Miranda. Neste trabalho Miranda argumenta, de forma muito clara, contra a censura de trabalhos artísticos consideradas ofensivos por crentes religiosos. Ao discutir o princípio do dano de Mill e da ofensa de Feinberg, o autor mostra que eles não seriam base para a censura dos trabalhos artísticos. Além disso, o autor mostra que um argumento baseado no conservadorismo moral também falha em censurar tais obras. Ao final, Miranda discute o argumento de Mill em favor da liberdade de expressão e, concordando com tal argumento, defende que ele não é incompatível com a crença religiosa.

O sexto artigo, de Horacio Martínez, discute o papel da igreja católica argentina na formação da identidade nacional argentina. O autor faz uma apanhado histórico-filosófico do debate sobre o quanto a igreja argentina participa da formação da ideia de nação argentina. Após isso, aplica o conceito de persuasão presente na obra de Wittgenstein, para defender que uma correta compreensão do papel da igreja não deve ser lido sob uma ótica conspirativa, mas sob a ótica de diferentes agentes protagonistas que interagem, às vezes de forma irreconhecíveis uns aos outros e que acabam por moldar as interações cotidianas.

Por fim, o sétimo artigo, de Luis Rodrigo Wesche Lira, analisa, de forma realmente interessante, a disputa pelo tempo que, para o autor, acontece entre uma religião

moderna de progresso e os fundamentalismos religiosos. O autor defende que a experiência moderna de aceleração do tempo se esgota com a queda do muro de Berlim e do comunismo e que a modernidade, neste momento, fica em uma espécie de tempo suspenso no qual não se consegue visualizar horizontes e alternativas plausíveis ao liberalismo. É neste contexto que os fundamentalismos religiosos se tornaram protagonistas da noção de tempo, rechaçando a modernidade e se apresentando como uma opção capaz de levar salvação tanto espiritual quanto material às pessoas.

Para finalizar o número, Gesiel Borges da Silva nos brinda com uma resenha da obra “Os territórios da ciência e da religião” de Peter Harrison.

Esperamos que o presente Dossiê sobre religião e esfera pública fomente o debate e o surgimento de novas pesquisas nesta linha que envolve várias áreas da filosofia para além da filosofia da religião, como ética, filosofia política e filosofia da ciência, além é claro de outras disciplinas das humanidades como sociologia, antropologia e psicologia, dentre outras.

Boa leitura a todos!



MARCIANO ADILIO SPICA

Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Paraná (UNICENTRO) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).